

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1000632-67.2017.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Obrigações
Requerente:	Lucas Aparecido Ananias
Requerido:	Stop Car Multimarcas - São João Beles Veículos Eireli

LUCAS APARECIDO ANANIAS ajuizou ação contra **STOP CAR MULTIMARCAS - SÃO JOÃO BELES VEÍCULOS EIRELI**, pedindo a condenação da ré ao cumprimento da obrigação de fazer, consistente em transferir o registro de propriedade do veículo Toyota/Corolla, placas EBV-5395, para o seu nome, bem como ao pagamento de indenização pelos danos materiais e morais causados. Alegou, para tanto, que no dia 08 de setembro de 2015 alienou o veículo para a ré, a qual, em contrapartida, assumiu o pagamento das parcelas restantes do financiamento. Naquele mesmo dia, foi entregue a documentação necessária para que ela transferisse o bem para o seu nome. Contudo, a ré revendeu o veículo para um terceiro sem a prévia transferência da propriedade junto ao órgão de trânsito, acarretando no direcionamento da cobrança do financiamento e de penalidades para si.

Deferiu-se a tutela de urgência, a fim de impor à ré a obrigação de promover a transferência do registro do veículo perante o órgão de trânsito.

Citada, a ré apresentou defesa, aduzindo em preliminar a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação, pois não participou da transação realizada pelo autor. No mérito, sustentou que o autor não era o proprietário do veículo e, consequentemente, não poderia ter alienado o bem.

Em réplica, o autor insistiu nos termos iniciais.

Na decisão de saneamento do processo, foi repelida a preliminar arguida e deferida a produção de prova documental e testemunhal.

Colheu-se o depoimento pessoal do autor.

Foi ouvida uma testemunha através de carta precatória.

Encerrada a instrução processual, as partes apresentaram alegações finais, cotejando as provas e ratificando suas teses.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

É o relatório.
Fundamento e decido.

Conforme consta no contrato de compra e venda juntado às fls. 135/136, em 08.09.2015 o autor vendeu o veículo Toyota/Corolla para a ré, tendo ela se comprometido a pagar as prestações do financiamento (38 parcelas de R\$ 1.190,04) e se responsabilizado por eventuais multas devidas após a alienação. Citada, a ré alegou a falsidade do referido instrumento contratual, afirmando desconhecer a pessoa apontada no contrato como sendo colaboradora da empresa (Rodolfo Iagallo Chagas).

Nesse sentido, incumbia à ré demonstrar a falsidade arguida (art. 429, inciso I, do CPC), o que, entretanto, não ocorreu. Com efeito, embora a testemunha Bruno Rafael Emídio da Silva tenha alegado que Rodolfo Chagas não trabalhara naquela empresa e que somente o símbolo impresso de identificação da ré, no contrato apresentado pelo autor, era similar àquele utilizado pela loja, tal depoimento não foi suficiente para afastar a presunção de veracidade das declarações constantes do documento.

Isso porque a ré sequer juntou aos autos o suposto instrumento contratual efetivamente utilizado em suas negociações, bem como por ser pouco plausível a hipótese do autor ter firmado um contrato constando a ré como compradora, mas ter entregue o veículo para um terceiro sem qualquer ligação com a loja. Tem-se, então, que o negócio jurídico foi efetivamente celebrado entre as partes, cabendo à ré cumprir as obrigações contratuais assumidas.

Entretanto, impende destacar que a compra e venda entabulada pelas partes representa, na verdade, mera cessão de direitos oriundos do contrato de financiamento, haja vista que o automóvel encontrava-se (e ainda se encontra) alienado fiduciariamente à BV Financeira (fls. 38/39). Sendo assim, não é possível impor à ré a obrigação de transferir o veículo alienado para o seu nome, pois, para isso, é indispensável a concordância da credora fiduciária.

Refiro precedentes do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"FINANCIAMENTO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Modificação da titularidade do bem e do empréstimo, sem o consentimento do credor fiduciário - Impossibilidade: Tratando-se de veículo alienado fiduciariamente, não se admite que ocorra a transferência de titularidade do bem e do financiamento sem que exista consentimento expresso do credor fiduciário. DANO MORAL - Veículo alienado sem observância dos dispositivos legais pertinentes - Pedido feito ao comprador, para que transfira o bem para seu nome - Recusa - Indenização - Descabimento: O simples pedido recusado para que alguém transfira para seu nome veículo

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

alienado sem observância dos dispositivos legais pertinentes não acarreta dano moral indenizável, em especial quando se verificar que o resultado não poderia ser obtido ainda que houvesse concordância quanto à solicitação. **RECURSO NÃO PROVIDO.**" (Apelação nº 0061228-77.2012.8.26.0576, 12ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, Rel. Des. Nelson Jorge Júnior, j. 29/08/2014).

"Compra e venda de veículo alienado fiduciariamente. Pretensão de compelir o comprador a transferir para si a propriedade do bem. Impossibilidade. Compra e venda que é, em verdade, mero contrato de cessão de direitos. Necessidade, ademais, de anuência da instituição financeira credora. Danos morais. Inocorrência. Existência de anotações no Cadin anteriores à transferência do bem. Súmula nº 385 do C. Superior Tribunal de Justiça. Sentença mantida. Recurso desprovido." (Apelação nº 0000554-09.2013.8.26.0218, 33ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Maria Cláudia Bedotti, j. 11/05/2015).

"COMPRA E VENDA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. Automóvel financiado com garantia de alienação fiduciária. Compra e venda que, na verdade, configura cessão da posição contratual. Ausência de anuência do credor fiduciário. Eficácia do contrato apenas entre as partes contratantes. Impossibilidade de se compelir o réu a realizar a transferência do financiamento junto à instituição financeira que firmou contrato com pessoa diversa. Réu que também não pode ser obrigado a transferir a propriedade do bem perante o órgão de trânsito sem a anuência do credor fiduciário. Obrigação solidária do autor pelo pagamento das infrações administrativas cometidas pelo réu. Descumprimento do art. 134 do CTB. Vedação à reformatio in pejus. Sentença mantida. Recurso desprovido." (Apelação nº 1002664-75.2014.8.26.0590, 38ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, Rel. Des. Milton Carvalho, j. 30/08/2017).

Ademais, conquanto o autor responda diretamente pela dívida assumida com a credora fiduciária, é a ré quem deveria quitar o financiamento do veículo. Logo, se ela não cumpre as obrigações assumidas no contrato, deve responder pelos prejuízos suportados pelo autor (art. 389 do Código Civil), que no caso representa o débito que lhe cobrado na ação de execução (R\$ 39.418,49 – fls. 68/70).

Contudo, não deve ser acolhido o pedido de reembolso dos honorários advocatícios, pois inexistente prova do referido pagamento, não tendo o autor se desincumbindo do ônus que lhe cabia (art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Por fim, o dano moral é caracterizado como aquele que *"lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos de personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente"* (Gagliano, Pablo Stolze; Novo curso de direito civil, volume III, Ed. Saraiva, 2008, p. 55). Sendo assim, meros dissabores, aborrecimentos ou angústia surgidos nas relações contratuais não devem dar ensejo à reparação por dano moral.

Conforme define a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, "Segundo a doutrina pátria, 'só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo'" (REsp nº 844736/DF, Relator Ministro Luis Salomão, j. 27/09/2009).

No caso em exame, o autor tinha conhecimento dos riscos envolvendo a "alienação" de veículo financiado, mas mesmo assim optou por realizar o negócio jurídico. Dessa forma, o fato da ré não ter adimplido as parcelas do financiamento representa mero descumprimento contratual, longe de causar efetiva lesão a qualquer direito da personalidade. Nesse sentido:

"REPARAÇÃO CIVIL - DANOS MORAIS - COMPRA E VENDA DE VEÍCULO COM TRANSFERÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA BANCÁRIA GARANTIDA POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO - DANO MORAL - INEXISTÊNCIA - RESPONSABILIDADE DO ALIENANTE PERANTE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - COBRANÇA LEGÍTIMA E JUSTIFICÁVEL - INADIMPLEMENTO DO ADQUIRENTE QUE NÃO CONFIGURA DANO MORAL INDENIZÁVEL - RECURSO DESPROVIDO." (TJSP, Apelação nº 0370644-46.2010.8.26.0000, 30ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Andrade Neto, j. 03/04/2013).

Diante do exposto, **acolho em parte os pedidos** para condenar à ré a reembolsar o autor pelo saldo devedor do contrato de financiamento do veículo, que venha a responder perante a credora fiduciária, com correção monetária e juros moratórios, estes contados a partir da citação inicial.

Rejeito os demais pedidos.

Responderão as partes pelas custas e despesas processuais em igualdade.

Condeno a ré ao pagamento dos honorários advocatícios do patrono do autor

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

fixados em 10% do valor da condenação.

Condeno o autor ao pagamento dos honorários advocatícios do patrono da ré fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento, deduzindo da base de cálculo o montante a que a própria ré foi condenada (a base de cálculo corresponde ao proveito econômico obtido com a defesa). A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa** com relação ao beneficiário da justiça gratuita, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 30 de outubro de 2017.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA